

Sessão do Congresso tenta limpar pauta

13 DEZ 1991

O Congresso Nacional se reúne hoje, às 15h30, para dar início ao esforço concentrado previsto pelo presidente Mauro Benevides. Devem votar as duas Medidas Provisórias (300 e 301), 89 pedidos do Governo de crédito suplementar e 175 vetos. Benevides quer "inaugurar" nesta seção conjunta a cédula única para votação em bloco e **limpar** a pauta para votar, a partir da manhã à noite, o Orçamento da União para 1992.

As sessões de amanhã e domingo estão marcadas para à noite porque os senadores estarão reunidos durante todo o dia para votar as matérias polêmicas só agora enviadas pela Câmara. É o caso do abono salarial aprovado na Câmara quarta-feira à noite e que mesmo em regime durgências-urgentíssima, os senadores só poderão votar esgotado o prazo de 48 horas.

Os trabalhos legislativos devem se encerrar na próxima segunda-feira por força de lei. Se o orçamento não for votado até lá, os presidentes da Câmara e do Se-

nado serão obrigados a convocar os congressistas para sessões extraordinárias a partir de terça-feira. A Constituição não permite a prorrogação dos trabalhos e qualquer convocação extraordinária significa mais custos financeiros para o Legislativo. Sem o orçamento apreciado pelo Congresso, o Presidente da República vai governar com a proposta inicial que enviou ao Legislativo. A maior preocupação, contudo, está em torno das matérias polêmicas que só agora estão sendo votadas na Câmara. Os senadores não se conformam com os prazos exíguos para apreciar matérias que a Câmara dispendeu semanas de discussões.

Ontem, ainda que o placar eletrônico confirmasse a presença de mais de 300 deputados, cerca de cem não atenderam à convocação para a sessão conjunta marcada para as 11h30. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, havia recomendado, em vão, as interrupções dos trabalhos das comissões. Deputados e senado-

res presentes ao plenário deram o quorum mínimo para a deliberação final, ao votar dois dos quatro vetos polêmicos à política nacional de salários não havia 252 deputados em plenário. Os vetos foram mantidos e a sessão foi obstruída porque a oposição ainda acredita na possibilidade de derrubar o veto ao Artigo 18 que beneficia os aposentados e pensionistas.

Disputa — Embora o projeto do **o n o v o** abono ainda dependa de aprovação do Senado, muitos deputados já disputam com o presidente interino, Itamar Franco, a autoria da proposição. Os parlamentares reconhecem como decisiva a participação de Itamar na superação do impasse sobre o valor do abono, mas também reivindicam sua autoria, como o deputado Paulo Paim (PT-RS). O líder do APT na Câmara, Gastone Righi, criticou Itamar por ter atribuído sua decisão ao propósito de ajudar as melhoras as relações entre o Governo e a oposição.